Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

NAS TRILHAS DO FILME:
a imagem como experiência e a experiência como imagem

André Reyes Novaes [1]
andrereyesnovaes@gmail.com

Resumo
O presente artigo tem como objetivo mostrar as relações entre descrição de imagens e trabalho de campo por meio de uma experiência pedagógica prática realizada com alunos do Colégio de Aplicação da UFRJ. Tendo como ponto de partida a pesquisa feita para a execução do documentário *Vulgo Sacopã*, que retratou as transformações da paisagem de um morro situado na Lagoa Rodrigo de Freitas na cidade do Rio de Janeiro, a prática pedagógica se dividiu em duas etapas. Primeiramente, os alunos foram apresentados a uma série de imagens históricas, buscando estimular a leitura da paisagem como um "texto" e identificar variações na sua interpretação. Posteriormente, foi realizado um trabalho de campo no intuito de percorrer a paisagem estudada e conhecer o personagem principal do filme exibido. Ao percorrer as *trilhas do filme* com os alunos, foi possível identificar uma série de entrelaçamentos que podem problematizar divisões simplistas entre a paisagem "*in visu*", mostrada em sala de aula, e a paisagem "*in situ*" observada no trabalho de campo.

Palavras-chave
Imagem, Trabalho de campo, Paisagem, Experiência, Sacopã.

ON THE PATH OF THE FILM:
Image as Experience and Experience as Image

Abstract
This article aims to show the relationships between the description of images and the conduction of fieldworks considering a practical pedagogical experience performed with students from the *Colégio de Aplicação da UFRJ*. Taking as a starting point the research conduct to shoot a documentary called Vulgo Sacopã, which portrayed the transformation of the landscape of a hill situated at Lagoa Rodrigo de Freitas in the city of Rio de Janeiro, the pedagogical practice was divided in two stages. First, students were presented to a series of historical images, seeking to stimulate the reading of the landscape as a "text" and identify variations in its interpretation. Later, we went to the fieldwork in order to perform the landscape and meet the main character of the film. By walking in the *paths of the film*, it was possible to identify a series of exchanges that can problematize simplistic divisions between the landscape "*in visu*", shown in the classroom, and the landscape "*in situ*" observed in the field.

Keywords
Image, Fieldwork, Landscape, Experience, Sacopã.

---

[1] Professor Adjunto. Departamento de Geografia Humana Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro (RJ). CEP 20550-013

Introdução

A descrição de imagens e o trabalho de campo são práticas recorrentemente associadas às aulas de geografia. Entre os mitos fundadores da disciplina as ideias de visualidade e exploração ocupam lugar de destaque, mas este reconhecimento não foi necessariamente acompanhado por debates acadêmicos intensos. Por um lado, ainda buscamos caminhos para responder "como, exatamente, a geografia é visual?" (ROSE, 2003). Por outro, embora o termo "trabalho de campo" seja familiar para o geógrafo, a atenção dada ao papel desta prática na imaginação coletiva da disciplina ainda é relativamente tímida (DRIVER, 2000).

A antiga dualidade entre o geógrafo explorador, que vai a campo em busca de informações "frescas, de primeira mão" (LOWEMTHAL, 1961, p.260), e o geógrafo de gabinete, fechado nas bibliotecas com seus textos e imagens, parece ainda ecoar entre nós. No entanto, pouco se discute sobre a interação entre estas duas práticas no ensino de geografia, buscando elementos para reconhecer a imagem como experiência e a experiência como imagem. O objetivo deste artigo é estimular estes caminhos de pesquisa por meio da apresentação de uma prática pedagógica realizada com alunos do primeiro ano do ensino médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro2.

Tendo como ponto de partida a pesquisa feita para a execução do documentário Vulgo Sacopã3, que retratou as transformações da paisagem de um morro situado na Lagoa Rodrigo de Freitas na cidade do Rio de Janeiro, a prática pedagógica aplicada se dividiu em duas etapas, que também serviram para definir as seções do presente artigo. Os alunos foram inicialmente apresentados a uma série de imagens históricas, buscando estimular a leitura da paisagem como um "texto" (DUNCAN, 1990) e identificar variações na sua interpretação. Ao descrever essa etapa, a seção inicial do artigo apresenta imagens variadas sobre o morro do Sacopã coletadas na Biblioteca Nacional e no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, buscando um diálogo com estudos sobre as favelas (PERLMAN, 1978, VALLADARES, 1978, ABREU, 1994) para discutir as transformações na paisagem estudada.

---

[2] Gostaria de agradecer a professor Rosalina Maria Costa pelo incentivo e interesse na execução desta atividade com os alunos do Colégio de Aplicação da UFRJ. Os relatos aqui narrados utilizam ainda informações de outras aulas lecionadas em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro.

[3] Vulgo Sacopã, Direção de André Reyes Novaes e Pedro Urano. 2002. 26 minutos.

Após serem apresentados a uma série de imagens, incluindo a exibição do documentário Vulgo Sacopã, os alunos realizaram um trabalho de campo no intuito de percorrer a paisagem estudada e conhecer o personagem principal do filme. Ao caminharem pelas "trilhas do filme" e visitarem a casa de Antônio, um morador de baixa renda que ganhou na justiça o direito de habitar o morro, os alunos foram estimulados a compreender como as paisagens não são apenas "vistas", "mas sim encontros pessoais". "Não são apenas enxergadas, mas sim experimentadas com todos os sentidos" (BENDER, 2001, p.136).

Através da combinação de diferentes formas de se entender as paisagens, o artigo busca auxiliar na compreensão de que a descrição de imagens e o trabalho de campo são práticas indissociáveis, afastando o perigo de se cair em debates desgastados sobre a credibilidade das fontes de informação na educação geográfica. A imagem é sempre construída e recebida a partir das experiências e memórias prévias, o que levou muitos autores a considerarem que a paisagem é, essencialmente, "obra da mente" (SCHAMA, 1996). Já o campo também não pode ser simplesmente "observado" pelo pesquisador, ele é construído a partir da relação com outras imagens e técnicas, criado na prática através de uma fusão entre o físico e o representacional (DRIVER, 2000). Partindo do reconhecimento destes entrelaçamentos, a divisão ente a "paisagem in situ" no campo e a "paisagem in visu" na imagem torna-se menos evidente.

Iniciando um de seus textos mais famosos e controversos, Baudrillard (1981, p.7) cita uma conhecida fábula de Jorge Luís Borges na qual "os cartógrafos do Império desenham um mapa tão detalhado que acabam por cobrir exatamente o território". Enquanto muitos cartógrafos comumente citam esta fábula para evidenciar a impossibilidade de se construir um mapa 1:1 (HARLEY, 1988), Baudrillard se encanta com o desenvolvimento posterior da metáfora. Após o declínio do Império, que se desfaz em ruinas, o mapa também apresenta um "lento esfarrapar", "apodrecendo como uma carcaça" e "regressando a substancia do solo" em um processo onde "o duplo acaba por confundir-se com o real" (p.8). A imagem não apenas duplica e distorce o campo, ela o constitui ao participar ativamente de todas as práticas que constroem o conhecimento geográfico.

O Sacopã da Favela ao Parque: A Imagem como Experiência

Tendo como objetivo fazer uma avaliação dos currículos de geografia na França, Debesse-Arviset (1978, p.50) já anunciava a necessidade de se desenvolver uma

aprendizagem da leitura de imagens na escola. Uma das críticas principais direcionada a prática pedagógica dos professores era relativa ao habito de mostrar muitas imagens e não perguntar o que os alunos estariam observando ou apreendendo ao longo da aula expositiva. Segundo o autor, muitos alunos não compreendiam o conteúdo de fotografias, esquemas gráficos e filmes mostrados em sala de aula.

No intuito de evitar o comum bombardeio de imagens e narrativas, a aula expositiva que precedeu o campo e pretendia reconstituir a história da paisagem do morro do Sacopã, foi estruturada a partir de indagações feitas pelos alunos tendo como base as imagens coletadas nos arquivos. Mesmo que os alunos fossem de ensino médio, com capacidades cognitivas plenamente desenvolvidas, foi interessante observar a polissemia e a variedade de comentários referentes as imagens apresentadas, bem como as relações de proximidade e distância com a paisagem estudada.

A primeira imagem apresentada buscava apenas localizar o morro do Sacopã, indagando para os alunos se eles conheciam a paisagem em questão e quais características sociais e econômicas eles associavam com aquela área da cidade (fig. 1).



Figura 1: Foto Aérea com destaque para o morro do Sacopã. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

"O morro que vamos estudar fica pertinho da escola"! Exclamou rapidamente um aluno que mora na região e não teve problemas para identificar a Lagoa Rodrigo de Freitas e as praias de Ipanema e Copacabana. O Colégio de Aplicação da UFRJ está localizado exatamente na margem oposta da Lagoa e a primeira surpresa dos alunos foi

relativa a proximidade da localidade a ser estudada. Muitas vezes a ideia de trabalho de campo remete a prática do deslocamento, da viagem para uma paisagem diferente daquela encontrada no cotidiano. Desta vez, a paisagem se situava no entorno da escola e podia ser vista através da janela. Mas quais informações os alunos possuíam sobre a formação daquela paisagem? Como eles qualificavam aquela localidade no presente?

"Olhando assim, dá pra ver porque tudo é tão caro na Lagoa, é muito pertinho da praia", comentou uma aluna que morava muito longe da escola e todo dia atravessava a cidade para chegar na Lagoa. A diversidade dos locais de moradia dos alunos facilitou a criação de um consenso de que a paisagem estudada se situava em uma área muito valorizada da cidade. "Uma das mais caras do mundo", emendou a aluna com uma informação midiática. Mas teria sido sempre assim? Quando a praia e a Lagoa passaram a ser áreas valorizadas da cidade? Como nos relata Abreu (1994), até o início do século XX a atual "zona sul" da cidade foi considerada um "areal" e os mangues da Lagoa não eram atraentes para o investimento imobiliário. Afastadas do centro da cidade, estas áreas eram geralmente ocupadas por chácaras, como a Chácara das Catacumbas, representada no mapa abaixo de 1844 (fig.2).

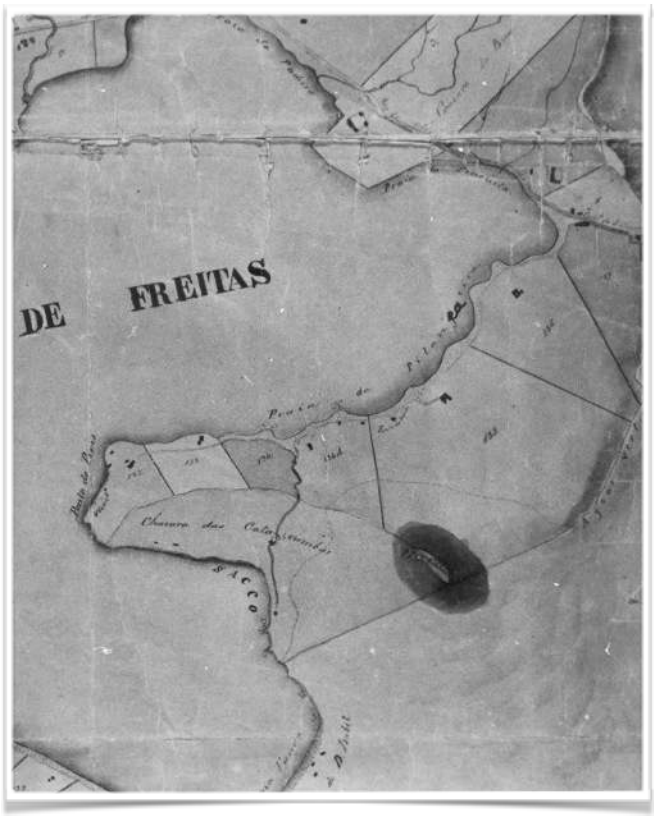


Figura 2: Mapa das propriedades na Lagoa Rodrigo de Freitas. 1844. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Se não podemos experimentar "in situ" a paisagem da antiga Chácara da Catacumba, a imagem acima pode ser lida no intuito de oferecer uma série de informações sobre as formas de apropriação e circulação neste espaço. "A Lagoa já se chamava Rodrigo de Freitas", notou um aluno auxiliando na introdução da noção de topônimo. O processo de nomeação de um espaço, seja ele valorativo ou pejorativo, geralmente carrega uma série de relações de poder (MONMONIER, 2006). O nome Catacumba, por exemplo, nos remete a presença pretérita dos indígenas na região, que utilizavam as bases daquele morro para enterrar seus mortos. Mas, como fica evidente no mapa, em meados do século XIX a terra já estava apropriada por novos donos, loteada e repartida entre famílias ligadas à produção de café, como a família Rodrigo de Freitas, que tinha a lagoa como parte de sua chácara.

Além dos nomes que constam no mapa, a divisão das propriedades também exemplifica as formas de apropriação deste espaço. O morro do Sacopã é dividido em cinco propriedades, sendo que enquanto a vertente norte contém quatro terrenos distintos, a vertente sul é toda ocupada pela Chácara das Catacumbas, que havia sido arrendada pela Baronesa da Lagoa Rodrigo de Freitas. Ao falecer a Baronesa deixou a terra para seus escravos que passaram a ocupar o local. Embora não tivesse infraestrutura e fosse um local de difícil acesso, o morro do Sacopã estava entre a velha zona sul - Humaitá e Botafogo - e a nova zona sul - Ipanema e Copacabana - (ABREU, 2011), fazendo daquele um local estratégico para conseguir emprego e circular na cidade.

Os caminhos de passagem dos moradores são inclusive indicados no mapa. Era possível margear a lagoa, atravessar o morro do Sacopã e seguir em direção à Ipanema, o que estimulou a ocupação crescente daquele "vazio na expansão urbana" (BERNARDES, 1961, p.511) por uma população de baixa renda. Essa seria justamente a trilha que faríamos no nosso trabalho de campo, saindo da vertente sul no antigo sacco onde hoje se encontra o parque da Catacumba e seguindo em direção ao divisor de águas onde cruzaríamos para a vertente norte com o objetivo de descer até a casa de Antônio. "Nossa, a trilha do campo já aparecia em um mapa de 1844!". "Quantas pessoas já passaram por esse caminho"! "A subida é muito difícil"? A trilha atual pode não ser exatamente coincidente com a do passado, mas os alunos pareciam já estar experimentando a paisagem através da imaginação estimulada por um velho mapa.

Os alunos ficaram muito interessados na ocupação do morro pelos antigos escravos, mas as informações históricas levam a crer que o adensamento das residências foi se dando de forma gradual acompanhando a valorização e o desenvolvimento do bairro. Neste sentido, a década de 1920 foi muito importante, pois o prefeito Carlos

Sampaio buscará investir na Lagoa para promover a "integração de mais uma nova área nobre à cidade" (apud ABREU, 2011). De acordo com o urbanista francês Alfred Agache, foi a partir do investimento público no saneamento básico e na construção da Avenida Epitácio Pessoa em 1922 que "uma população importante começou a convergir para esse bairro, aberto igualmente ao ar vivicador do Oceano" (apud ABREU, 2011, p.78). A valorização do mar se consolidava na geografia urbana da cidade e a Lagoa, que até então era habitada por uma população de baixa renda, vai se tornando progressivamente um bairro valorizado, "um dos mais belos e mais importantes", como previa o prefeito (apud ABREU, 2011, p.77).

Foi neste contexto de valorização e especulação imobiliária que o Governo Federal, que tinha arrendado as terras aos Freitas, passou a lotear e vender os terrenos da Chácara das Catacumbas em 1925. Trinta e duas pessoas compraram os lotes, mas os herdeiros da Baronesa e um proprietário de terras vizinhas também resolveram reivindicar a área e o caso foi parar nos tribunais. A antropóloga norte-americana Janice Perlman (1978) reconstituiu esta história, segundo ela "pequena e anônima", a partir dos arquivos da Biblioteca do Serviço Social do Rio. A batalha judicial e a não ocupação da área possibilitaram o surgimento da favela do Catacumba, pois "quando ninguém poderia ser oficialmente declarado dono das terras, os primeiros casebres de favelados apareceram" (PERLMAN, 1978, p.52).

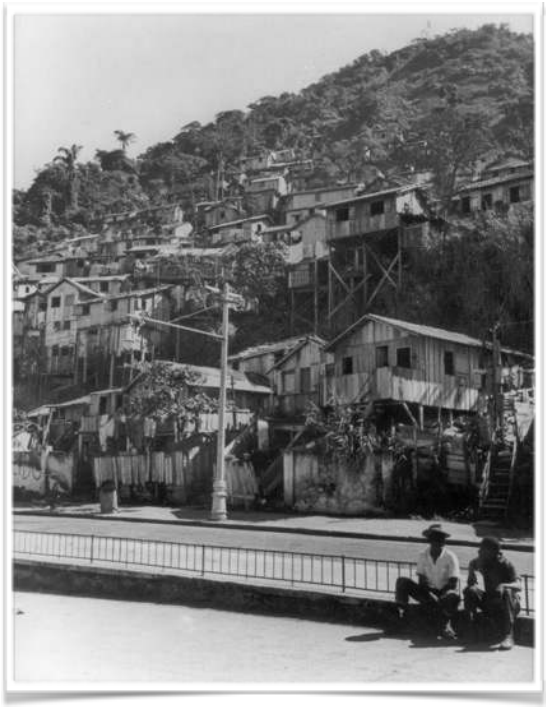


Figura 3: Favela do Catacumba em 1965. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Crescendo junto com a valorização do bairro, a Catacumba chegou a ter 9 mil moradores em 1969 e a foto acima (fig.3), de 1965, já mostrava a formação desta aglomeração. "Isso é perto da minha casa, imagina se a Lagoa fosse toda assim", falou um aluno. Embora já soubessem que a Lagoa tinha 26 favelas naquela época e que a sua presença era comum no bairro, os alunos pareceram mais surpresos ao experimentarem a paisagem através da fotografia, o que abriu caminho para explorar distintas sensações de alteridade. Ao serem perguntados sobre como se sentiriam sentados junto das pessoas fotografadas, os alunos ofereceram respostas variadas, claramente relacionadas com as suas vivências: "parece o ponto de ônibus perto da minha casa", falou um aluno em tom irônico, "eu ficaria bem quieto", declara outro explicitando sua diferença.

Falando de uma possível relação de medo com a paisagem (TUAN, 1979), uma aluna chama a atenção para as diferenças estruturais da favela na década de 1970 e na atualidade. A paisagem da foto seria mais rural com casas de madeira e pouca verticalização, formando menos "vielas", o que para a aluna diminuiria o seu temor de visitar o espaço. Este aspecto físico da favela se justifica tanto pelo valor dos materiais disponíveis para a construção na época, como pela política ambígua do Estado, que ora via a favela como "solução conveniente do ponto de vista funcional" (SANTOS, 1984, p. 31), ora ameaçava a sua permanência com políticas de remoção. Sem auxílio para prover infraestrutura e vivendo sobre constante ameaça de remoção a população construía uma paisagem que buscava atender suas necessidades e minimizar suas perdas em uma eventual remoção:

> […] era raro investir-se dinheiro na conversão de casas de barro ou de madeira em casas de tijolo ou cimento. Ao contrário, o dinheiro era gasto em artigos portáteis como aparelhos de televisão, refrigeradores ou coisas semelhantes, e não em melhorias permanentes ou construção de casas. (PERLMAN, 1978, p. 51).

No entanto, a efemeridade das casas que se equilibravam morro acima, contrasta na imagem com outros elementos que sugerem progresso e modernidade, com o poste novo e o asfalto liso. Segundo Barthes (1984, p.40), as fotografias mais instigantes são aquelas onde podemos identificar "a co-presença de dois elementos descontínuos, heterogêneos, na medida em que não pertenciam ao mesmo mundo". A avenida Epitácio Pessoa, que abriu o acesso ao bairro para uma população de alta renda no início do século XX, foi duplicada na década de 1960, e esta materialidade contrastava com o "mundo" dos moradores da favela do Catacumba. O contraste entre as paisagens residenciais dos novos e dos antigos habitantes (DUNCAN e DUNCAN, 1984) da Lagoa

fica bastante evidente na foto abaixo de 1970, onde observa-se a favela do Catacumba, a pista recém duplicada e os novos prédios que passavam a ocupar o bairro (fig. 4).

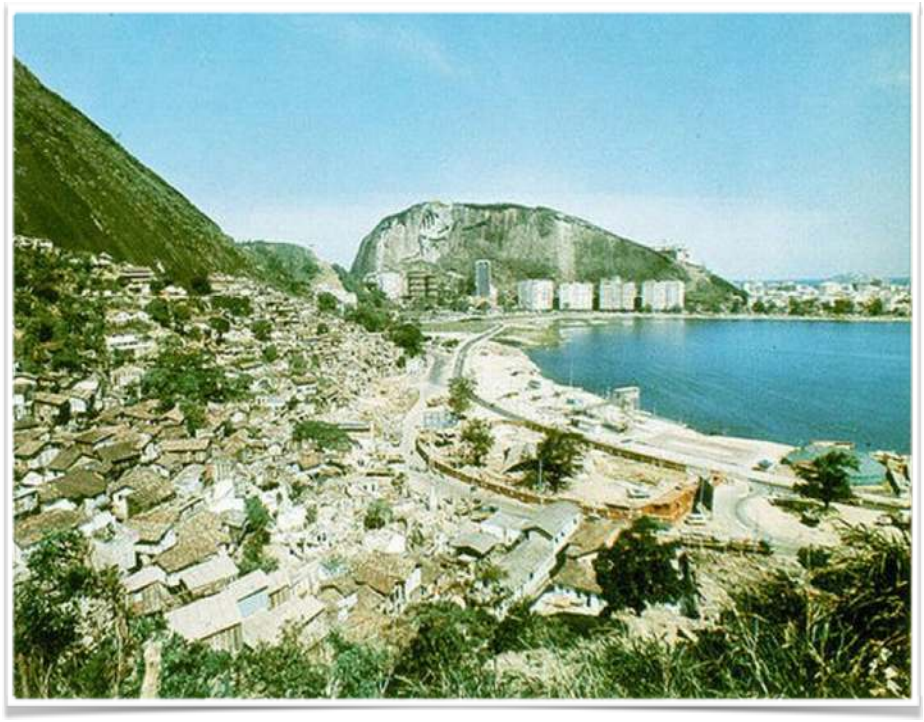


Figura 4: Lagoa e favela da Catacumba, 1970. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

A heterogeneidade da paisagem é muito evidente nesta imagem, mas é importante discutir que tipo de relação era construída entre as pessoas que habitavam o primeiro e o segundo plano da fotografia. "As mesmas de hoje, as pessoas das favelas trabalhavam nos prédios" falou uma aluna com um tom de obviedade. Mas se a ideia de que a favela é um espaço que abriga os trabalhadores da cidade é mais difundida e aceita na atualidade, a visão da favela enquanto "aglomeração patológica" (PERLMAN, 1978) era muito forte na década de 1970 e ainda não desapareceu por completo. Como observou o urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1984), as políticas públicas para as favelas oscilaram entre remoção e urbanização através de uma visão dual que via o favelado ora como degenerado e parasita, ora como vítima e combustível para o desenvolvimento das cidades.

Foi justamente com o objetivo de combater uma visão parasitária da favela que Perlman (1978) escreveu seu livro, "O Mito da Marginalidade", que teve como um dos casos de estudo a favela do Catacumba. Para escrever seu trabalho a autora inclusive morou na localidade, acompanhando de perto as relações de interdependência entre as

distintas áreas da cidade. No intuito de valorizar a favela enquanto força de trabalho e evidenciar como o Estado fez "vistas grossas" para essa forma de moradia, Perlman (1978) reproduz uma matéria publicada no Jornal do Brasil, em 1967:

> Às cinco da manhã, a Catacumba começa a despejar seus moradores. Copeiras, cozinheiras e babás descem as escadas, saindo para as 'casas das madames'. Trabalhadores – grande número de operários em construção – formam filas nos dois pontos de ônibus ou caminham a pé, em direção de Copacabana, Ipanema e Leblon. ...Um pouco mais tarde, o pessoal que desce o morro já tem outro aspecto: é a hora dos funcionários públicos, das crianças que vão para a escola e da grande movimentação das lavadeiras, que saem de casa cedo, para aproveitar o sol fraco da manhã, para a lavagem e, depois, o sol mais forte, para secar a roupa. A favela quase inteira já deu – antes das 8 horas da manhã – a prova de sua força de trabalho. (PERLMAN, 1978, p. 19).

A favela, portanto, não apenas presta serviço para as áreas mais valorizadas, como também constrói os prédios - operários em construção - e abriga até mesmo funcionários públicos. No entanto, esta profunda interdependência não foi suficiente para garantir a permanência da favela do Catacumba, que parecia cada dia mais ameaçada. A gestão do prefeito Carlos Lacerda e a tomada do poder pelos militares em 1964 possibilitou um período com grande ênfase nas políticas de remoção, já que com o regime ditatorial os favelados não representavam mais votos e as associações de favela caíram na clandestinidade (SANTOS, 1984).

Em seu estudo sobre os programas de remoção neste período, Valladares (1978) identifica a remoção de três grandes favelas que se situavam as margens da Lagoa como emblemáticas da mudança de postura dos favelados frente a remoção. A primeira a ser removida foi a favela da Ilha das Dragas em 1969, em um contexto de luta e articulação da FAFEG - Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara – os moradores organizaram uma forte resistência que foi reprimida a força, com prisões e sumiço de alguns líderes da associação. O medo tomou conta da população da Praia do Pinto, favela também localizada na Lagoa que mesmo sem uma forte resistência de seus moradores foi incendiada de forma criminosa para acelerar o processo de remoção. O caso da Catacumba exemplificaria esta mudança de comportamento dos moradores frente à remoção, pois, "compreendendo progressivamente que nada tinham a ganhar diante das provas de força, a única alternativa era aceitar a remoção, tirando partido da nova situação sempre que possível" (VALLADARES, 1978, p. 117).

A favela da Catacumba foi removida em 1970, o que reativou antigos debates jurídicos sobre a posse do morro do Sacopã. Enquanto muitos prédios cresciam no entorno, o morro ficou sendo disputado na justiça por quase uma década. Escrevendo

alguns anos após a remoção da favela, Perlman (1978, p.52) observava este entrave jurídico que mantinha uma área valiosa sem ocupação. Segundo a autora "as incorporadoras e os exploradores mal podiam esperar para começar a construção de hotéis de luxo e altos prédios, mas não conseguiam fazê-lo devido as batalhas legais ainda em curso". A foto abaixo foi tirada por Perlman em 1977 e é importante para destacar os elementos que marcaram a paisagem do Sacopã entre 1970 e 1979: a cerca, o outdoor e o morro desmatado (fig.5).



Figura 5: Morro do Sacopã na década de 1970. O Mito da Marginalidade, Perlman, 1978.

Esta paisagem que atraia o olhar dos especuladores imobiliários, só foi alterada em 1979, com a criação do Parque da Catacumba pelo prefeito Marcos Tamoio. A ideia do prefeito era a de fazer um parque de exposição permanente de esculturas, utilizando os caminhos e platôs construídos pelos antigos moradores da favela da Catacumba. Com 24 esculturas espalhadas ao longo das trilhas, agora abertas e calçadas, a paisagem da vertente sul do morro do Sacopã sofre uma ruptura marcante. O espaço é iluminado e se constrói uma sede para "exposições, projeções, informações e todo apoio indispensável a uma iniciativa deste tipo" (RIO DE JANEIRO, 1979, p.4).

Convidado para escrever um comentário em um folheto de divulgação do parque, o arquiteto Lucio Costa revela que "não sabia como as coisas haviam se passado" mas exalta o fato da encosta ter permanecido "incólume" às construções nos últimos anos. "A Borralheira virou princesa" e a favela daria lugar a um parque estadual

que colocava a "endeusada qualidade de vida ao alcance da vista e dos pés dos cariocas" (RIO DE JANEIRO, 1979, p.2). Claramente são introduzidas novas formas e materialidades na paisagem para atrair um grupo social específico, inaugurando novas práticas e comportamentos. Na imagem abaixo (fig.6), observa-se o folheto de lançamento do parque que evidencia esta transformação marcante na paisagem.

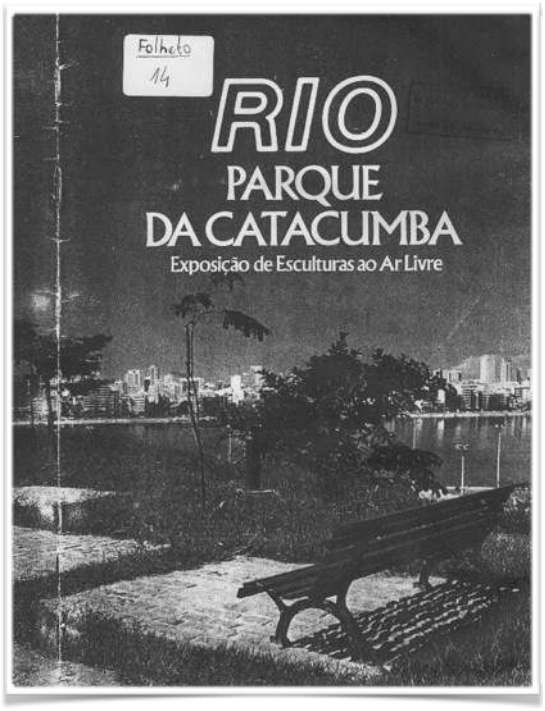


Figura 6: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1979.



Figura 7: Prédios e Morro do Sacopã, 1997.

Como vocês se sentiriam sentados neste banco? "Ficou bonito", comenta um aluno. "Acho que eu me sentiria sozinho" pondera outro. Contrastando com o amontoado de casas da antiga favela o morro agora aparecia vazio, aguardando pela ocupação de novos grupos sociais. A árvore recém plantada e o banco ao sol são indícios de uma intervenção paisagística que acabava de ser concluída. Mas o parque vazio também contrasta com o crescimento acentuado de prédios na orla da Lagoa no segundo plano da fotografia, sugerindo a importância de uma paisagem com exposições e esculturas ao ar livre em meio a um bairro que se verticalizava muito rapidamente.

A presença do parque estimulou o investimento em apartamentos de alto valor nesta curva específica da Lagoa Rodrigo de Freitas. Na foto aérea acima (fig. 7), tirada em 1997, podemos ver como o Parque da Catacumba representa apenas uma breve descontinuidade na sequência de prédios de luxo que ocupou quase toda a área da

antiga favela. A localização e os atrativos naturais do bairro influenciaram no investimento imobiliário na orla da lagoa que passou a abrigar uma população que ganha em média 26,5 salários mínimos (RIO DE JANEIRO, 2000), sendo um dos bairros mais valorizados da cidade.

Através de uma série de imagens seria possível, portanto, ler a paisagem como um "texto a ser decifrado" (DUNCAN, 1990), um "signo de poder" (MITCHELL, 2002), uma "forma de olhar" (COSGROVE, 2001). A paisagem seria consumida simultaneamente "in situ" e "in visu", pois "paisagem e representação da paisagem são ambas incorporações de poder" (MITCHELL, 2002). Mas para além de serem apenas "textualidades" ou "discursos", as paisagens também são materialidades, construídas a partir das práticas e dos usos de grupos sociais distintos, sendo uma tradução "consciente" ou "inconsciente" da "organização de uma vida social" (JACKSON, 1996). No caso da paisagem do morro do Sacopã, as rupturas nas formas de uso do espaço foram bastante evidentes, mas algumas práticas antigas persistem na localidade. Foi justamente ao percorrer esta paisagem, indo além de uma visão aérea distanciada e protegida, que me deparei com uma paisagem remanescente da favela do Catacumba, a casa de Antônio, que seria o destino final do trabalho de campo programado com os alunos.

O Sacopã como Casa de Antônio: A Experiência como Imagem

O trabalho de campo com os alunos teve início no atual parque da Catacumba, por onde muitos tinham passado, mas poucos entrado. Após observar uma série de imagens históricas sobre o morro do Sacopã, os alunos agora percorriam a paisagem, direcionando seus olhares através das informações obtidas em sala de aula. Como qualquer explorador que baseava suas ações e decisões em imagens e relatos do passado (ALLEN, 1971), os estudantes entravam no parque munidos de referências que poderiam guiar os seus olhares de diferentes formas para os elementos do campo.

Em suas famosas passagens sobre as cidades norte-americanas e europeias, Baudrillard oferece excelentes exemplos sobre as relações entre imagem e experiência (CLARK, 1997, p.1). As cidades dos EUA pareceriam "saídas dos filmes", enquanto as europeias das pinturas, o que evidencia como as imagens prévias são fundamentais no processo de percepção da paisagem. No caso do Sacopã, as imagens da favela parecem ter sido as que mais impactaram os alunos, que olhavam o parque já buscando indícios de uma paisagem pretérita. "Tem cacos de tijolo no chão"! "Será que essa trilha foi usada

pelos moradores da favela"? "Os barracos deviam ir até ali, onde começa o morro". Ao nosso redor só havia mata, mas todos pareciam estar "vendo" a favela (fig. 8).



Figura 8: Alunos na Trilha do Sacopã, 2004. Acervo do autor.



Figura 9: Placas de Informação no Sacopã, 2004. Acervo do autor.

As imagens mostradas anteriormente participavam, assim, das experiências do presente. Este destaque a favela foi ainda mais reforçado pelos painéis de informação do parque, que recordava os visitantes da existência de uma paisagem anterior. É interessante observar que mesmo com a tentativa de mudança do nome do parque para Marcos Tamoio, o nome Catacumba seguiu sendo utilizado e nem mesmo o antigo prefeito buscou apagar a história da favela de forma explícita. A própria ideia de fazer as trilhas do parque "seguindo o caminho dos antigos moradores" já evidenciava uma intenção de se apropriar da memória da favela para a divulgação do parque. Os painéis contam um pouco da história dos antigos moradores e os textos utilizaram informações do livro de Janice Perlman (1978), como fica evidente na própria imagem do painel retirada da capa do livro da autora (fig.9).

Com o sol forte na cabeça chegamos até o topo do morro do Sacopã. "Imagina ter que subir isso todo dia para chegar em casa", comentou um aluno ainda pensando nas condições de vida relatadas no painel do parque. Todos suados e ofegantes, era hora de sentar e observar a paisagem atual do bairro, experimentando mais a fundo as imagens contemporâneas do morro do Sacopã (fig.10). Os primeiros comentários se voltaram para a contemplação estética dos aspectos naturais, como a vastidão da Lagoa, a forma do morro dos Dois Irmão ou a beleza das Ilhas emergindo no mar. Mas rapidamente os olhares se voltaram para os prédios, principalmente aqueles

situados próximos ao mirante, nos quais era possível observar uma série de detalhes nos apartamentos. “Olha aquele prédio, tem piscina na varanda de todos os andares”! “Aquele outro tem 20 andares, eu contei”!



Figura 10: Alunos no Mirante do Morro do Sacopã, 2004. Acervo do autor.

Frente a beleza da paisagem no topo do morro, perguntei aos alunos se quando apresentei o trajeto do campo aquele era o ponto que eles mais ficaram interessados em visitar. “Não”! Respondeu prontamente um aluno, “quero conhecer a casa do Seu Antônio”. Dentre as imagens apresentadas sobre o morro do Sacopã, o filme – Vulgo Sacopã – certamente tinha causado grande impacto e a expectativa de conhecer o personagem principal do documentário e sua paisagem residencial estimulava o interesse dos alunos pela continuidade do trajeto planejado. Resistindo com seu barraco na vertente oposta ao parque, Antônio recoloca a paisagem da favela na memória coletiva do morro do Sacopã, dando materialidade e presença a paisagens que os alunos estavam apenas acionando através de imagens do passado. Enquanto nos preparávamos para descer pela vertente norte do morro, foi importante relembrar para os alunos a história de Antônio e o contexto político que viabilizou a sua luta pela permanência na localidade.

Antônio foi morar no Sacopã após conhecer antigos remanescentes da favela do Catacumba que, depois de serem removidos, reocuparam a vertente norte do morro.

Como nos relata Valladares (1978, p.126), a propaganda governamental sobre a distribuição de casas atraiu muitos moradores de última hora, fazendo com que a favela da Catacumba se estendesse "para cima do morro, chegando ao outro lado da encosta, seus barracos invadiram terrenos de particulares". A ocupação da vertente norte do morro possibilitou que três famílias fixassem residência durante todo o período em que o parque ficou cercado, habitando uma área pertencente a uma empresa de engenharia chamada Pan-Americana, que faliu antes de concretizar os seus projetos de construir um condomínio na área.

Em 1979, Antônio fixou residência em uma pequeno platô na vertente norte do Sacopã, mas foi justamente neste mesmo ano que o prefeito Marcos Tamoio inaugurou o parque da Catacumba, o que intensificaria as tensões e os desafios para a permanência da população remanescente na localidade. A criação do parque, a articulação dos moradores dos prédios da Lagoa, a repressão da guarda municipal, a falta de acesso a água e a luz, são alguns elementos que acabaram expulsando as famílias pioneiras do morro. Antônio, no entanto, permaneceu na localidade e passou a fazer pequenas plantações e a zelar pela manutenção das trilhas de acesso a sua casa.

Mas o que possibilitou a permanência de uma "paisagem residual" (COSGROVE, 1998) como a casa de Antônio em um espaço tão valorizado da cidade? A resposta a esta pergunta pode ser múltipla e combinar escalas variadas. Se considerarmos o contexto nacional, observa-se uma progressiva "descompressão" com o fim da ditadura militar (SANTOS, 1984). Se as ditaduras geralmente enfatizavam os programas de remoção, "nos períodos mais populistas tendeu-se a legalização" (JAQUES, 2002, p.28) e esta tendência foi intensificada a partir do processo de construção da Constituição de 1988. Entre as várias ementas populares encaminhadas à constituinte estava a reforma urbana, que buscava garantir o direito a cidade através da função social da propriedade.

Um dos instrumentos aprovados pela nova constituição foi o usucapião, que prevê o direito à posse de um terreno caso o ocupante esteja há mais de cinco anos utilizando a área para moradia de forma ininterrupta, pacífica e sem oposição do proprietário. Embora fossem instrumentos com grande potencial transformador, a dificuldade de aplicação desta lei já parecia bastante evidente no momento de sua concepção. Ainda no processo de constituinte, Nelson Ferreira dos Santos (1984) já associava a institucionalização destes instrumentos a uma profunda transformação nas favelas do Rio de Janeiro. Ele destaca a importância do usucapião, mas ao mesmo tempo pondera as dificuldades que seriam enfrentadas para sua efetiva aplicação.

> Os instrumentos mais importantes que se pretende usar são formas novas e antigas do Direito de Superfície e usucapião Urbano. Ambos dizem respeito às favelas. Em particular o segundo, se for aplicado, o que é difícil de acreditar, mudará totalmente a situação das favelas do Rio de Janeiro. Os seus habitantes passarão, depois de anos e anos de duríssima negação e, às vezes, de repressão violenta, a cidadãos com direitos. (SANTOS, 1984 p.37 grifo do autor).

Apesar da existência de uma lei bastante avançada, as práticas tendem a mudar de forma muito mais lenta e o próprio morro do Sacopã ofereceu um bom exemplo desta inércia. Em 1994, o então Sub Prefeito da Lagoa apresenta uma ordem de despejo ordenando que Antônio desocupasse definitivamente a área, desrespeitando novas noções de direito que emergiam no âmbito da constituição. Trinta guardas municipais acompanharam a operação de desocupação, quebrando telhas e alicerces da casa. Naquele dia Antônio simplesmente se retirou do morro, mas o novo contexto político e a sua perspicácia individual garantiram algo impensável dos anos 1970: o retorno a moradia através de um respaldo jurídico. Alertado por um morador das redondezas para quem prestava pequenos serviços, Antônio conheceu o usucapião e entrou com um processo na nona vara civil solicitando a posse do terreno que ocupava de forma ininterrupta desde 1979.

Mas como previa Santos (1984), a aplicação deste instrumento não foi plena e ainda existiam muitos obstáculos para a regularização fundiária das favelas. Mesmo atendendo a todos os critérios da nova lei, o juiz deu apenas o ganho provisório da causa para Antônio e o processo segue se arrastando na justiça. De qualquer forma, a volta de Antônio para o morro através de uma decisão jurídica pode ser entendida como a expressão local das transformações na política nacional, que parecia seguir uma tendência de reconhecimento do direito a cidade.

A resolução jurídica foi sem dúvida um ganho importante para Antônio, porém, se buscamos entender as dinâmicas que garantem a permanência do morador na localidade, faz-se fundamental se debruçar sobre as práticas cotidianas e as resistências locais. Vivendo sozinho, sem água encanada e sem energia elétrica em um dos bairros mais valorizados da cidade do Rio de Janeiro, Antônio teve que desenvolver estratégias de sobrevivência e demarcação, como a captação de água da chuva e a colocação de placas no terreno para anunciar sua propriedade (fig. 11). Se dirigindo a possíveis invasores, as placas marcam a paisagem ao buscarem explicitar que a área estaria "sob judicie". Tão importante quanto o direito conquistado na justiça, é a presença cotidiana de Antônio através de série de práticas de apropriação do espaço.



Figura 11: Placa Demarcando a área reivindicada por Antônio na justiça, 2004. Acervo do autor.



Figura 12: Alunos pulando a cerca para entrar no terreno de Antônio, 2004. Acervo do autor.

A presença de Antônio foi sentida logo pelos alunos através das placas e da cerca que todos tiveram que pular em meio a mata fechada (fig. 12). O contraste com a vertente do Sacopã que abriga o parque se fazia evidente, pois enquanto um lado é sinalizado com signos que estimulam a continuação da trilha, como setas e informações de distância, o outro tem uma paisagem marcada pela proteção da propriedade, buscando afastar o visitante através de placas e cercas. Após todos pularem a cerca, seguimos descendo a encosta e um silêncio curioso se fez. Embora eu tivesse avisado a todos que Antônio sabia da nossa visita, a transgressão de uma espaço demarcado simbolicamente na paisagem gerou um ligeiro clima de apreensão.

Logo avistamos a casa de Antônio, feita de madeira como nas antigas fotos da favela do Catacumba (fig.13). Mais uns passos e logo vimos Antônio que nos aguardava de costas e "camuflado" com seu chapéu de aventureiro. Ao chegarmos no seu quintal, ele rapidamente apareceu para apresentar a sua casa e cumprimentar os alunos, que ficaram paralisados frente aquele personagem (fig.14). A uma semana atrás Antônio era visto através de uma tela na sala de aula escura e agora aparecia "*in situ*" para os alunos. Como uma cidade americana, Antônio parecia ter "saído diretamente do filme" (BAUDRILLARD, 1988), entrelaçando as relações entre imagem e experiência.



Figura 13: Casa de Antônio, 2004. Acervo do autor.



Figura 14: Antônio e os alunos, 2004. Acervo do autor.

Naquele momento, compreendi que para além das cercas e placas, Antônio também utilizava seu próprio corpo como estratégia de defesa. A construção de um personagem místico e fechado foi também uma forma de resistir no espaço, causando desconfiança entre os visitantes e demarcando a sua relação de propriedade com o território. Em uma das sequencias iniciais do filme – *Vulgo Sacopã* – observamos justamente uma série de moradores do entorno descrevendo esse personagem que se apropria do espaço através de uma performance constante de abordagem dos visitantes: "acho que ele é meio maluco", "ele diz que isso é dele", "se vocês subirem ele coloca vocês pra descer".

De fato, as minhas primeiras experiências de contato com Antônio tinham sido um pouco ríspidas, conhecendo o seu lado de proprietário que busca legitimar uma ocupação geralmente associada com ilegalidade. "Se eu sair entrando assim em um prédio daqueles lá em baixo eles chamam a polícia, mas aqui, porque é barraco, não tem muro alto, sai todo mundo entrando". Esta postura defensiva foi se quebrando progressivamente ao longo do processo de filmagem do documentário, onde também podemos observar a sensibilidade de Antônio através de seu cotidiano e de sua arte. As pinturas de Antônio foram um dos elementos que mais surpreenderam os alunos e estas práticas também podem ser consideradas como formas de apropriação do espaço e construção da paisagem (fig.15).



Figura 15: Antônio e seu quadro, 2004. Acervo do autor.

A ideia de apresentar arte ao ar livre foi muito importante na afirmação e na concepção do Parque da Catacumba. No entanto, é interessante pensar que enquanto o governo reformulava a paisagem com esculturas em uma vertente do morro, Antônio pintava e pendurava seus quadros na outra, paisagens que revelam diferentes estratégias de ocupação do espaço. Na foto acima, observamos Antônio e um das suas pinturas, representando a Lagoa Rodrigo de Freitas com sua "forma de coração" e o morro do Sacopã como o "ventríloquo" antes da ocupação do bairro. Ao ser pendurada em uma das paredes da casa, essa grande tela passa a fazer parte da paisagem, marcando a presença de Antônio no espaço através de múltiplas práticas cotidianas.

Discutindo a permanência das favelas em bairros abastados da cidade do Rio de Janeiro, Abreu (1994) destaca o papel fundamental da ação dos moradores naquilo que ele chamou de "a dança das favelas". Expulsos de um local os moradores geralmente ocupavam outras áreas, desenvolvendo estratégias cotidianas de resistência. Neste sentido, a permanência e difusão da favela no cenário carioca deve ser entendida também como materialização de uma verdadeira luta que os grupos sociais mais pobres do Rio de Janeiro travaram no início do século pelo direito a cidade, "uma luta que, na realidade, mantém-se até hoje" (ABREU, 1994, p.42). Evidenciando a importância das práticas cotidianas na construção da paisagem, Nelson Ferreira dos Santos (1984) destaca justamente essa importância do cotidiano:

> A sua sobrevivência [das favelas] é resultante de aguda percepção e manipulações políticas. Só que, ao contrário do que imaginam técnicos e agentes governamentais, os acertos e conflitos se dão na moldura do quotidiano. São condicionados, é claro, pelo que acontece na cidade, no país, quem sabe até no mundo, mas seu caráter principal é a capacidade de resolução e interação imediatas a nível local. (SANTOS, 1984 p.39).

Esta forma ativa de se entender a construção das paisagens enquanto uma prática e um processo, é bastante coincidente com algumas tendências na geografia humana contemporânea (THRIFT, 1996). A ideia de que as paisagens não devem ser estudadas somente através de suas representações exteriores, mas enquanto áreas percorridas e alteradas pela presença do observador têm ganhado crescente destaque em alguns trabalhos (MACPHERSON, 2010). Para muitos, as ideias de representação e significado estariam perdendo importância no estudo das paisagens em geografia humana, cada vez mais focados na interação e na ação do corpo sobre o espaço (CLOKE et al., 2004).

Estas ideias ainda estão longe de serem estudadas nas escolas, mas as relações entre imagens e trabalhos de campo podem apontar caminhos interessantes para que os estudantes entendam as paisagens como algo que está além de uma simples representação em uma folha de papel ou uma tela. A paisagem é algo a ser percorrido e sentido, construída através de encontros, conflitos e estratégias que se emolduram no campo prático do cotidiano. Ao mesmo tempo o cotidiano não pode ser separado das variadas imagens que circulam sobre os espaços, pois estas participam diretamente na construção das experiências daqueles que percorrem as paisagens.

Conclusão

O conceito de paisagem se encontra na atualidade no centro de importantes debates sobre representação e prática. Não são poucos os autores que buscam diferenciar o estudo da paisagem como uma forma cultural a ser *lida* através de suas representações, daqueles focados nas *experiências* e práticas culturais de quem circula e percorre as paisagens. No entanto, esta distinção entre a paisagem como uma "forma de ver" e a paisagem como uma "forma de estar" pode ser pouco produtiva (NASH, 2003, p. 166). O presente artigo não buscou igualar totalmente estas "formas de experimentar o espaço" (LOWENTHAL, 1961), mas reconhecer que suas diferenças são extremamente complexas e que existem muitos caminhos de entrelaçamento. Observar uma imagem é uma prática extremamente associada com as experiências prévias de quem observa. Assim como ao percorrer um paisagem ativamos uma série de memórias e histórias que não estão necessariamente dispostas na nossa frente.

Ao redigir esse texto revisitando imagens sobre a geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro, foi difícil não recordar dos trabalhos de campo organizados pelo professor Maurício Abreu. Uma das estratégias pedagógicas utilizadas no percurso que fazíamos pelo centro da cidade contava justamente com a apresentação de uma série de imagens do passado, que nos faziam refletir sobre o que era visto no presente. Com a paisagem da Praça XV "*in situ*" sendo captada pelos olhos da turma, Abreu chamava a atenção de todos para uma série de imagens. Vagarosamente, ele tirava a atenção dos alunos da paisagem ao redor através da exibição de painéis impressos, onde acompanhávamos, "*in visu*" as transformações marcantes da paisagem que nos rodeava.

Após descrever uma série de imagens que representavam a Praça XV desde o início da fundação da cidade até os dias atuais, o professor abaixava os painéis e quando olhávamos em volta tudo parecia mudado. Ao observar o entorno, não víamos só a paisagem presente, mas sim, como afirmou Lowenthal (2008, p.8), um "palimpsesto construído na base de todas as nossas experiências passadas, de nossas hipóteses passadas e atuais sobre a história da paisagem". Ao longo de todo o campo, as imagens mostradas por Abreu pareciam ecoar em cada esquina, e as hipóteses passadas frequentemente projetavam visões no presente: "nesta fonte os barcos paravam para pegar água antes do aterro", "ali, ficava o prédio com os arquivos da cidade", "lá era o local de venda dos escravos". Através desta fusão entre o físico e o representacional

novos conhecimentos surgiam, estimulando um entrelaçamento constante entre a descrição de imagens e o trabalho de campo.

As hipóteses passadas e atuais sobre a paisagem do morro do Sacopã, criadas por meio da apresentação de uma série de imagens, também parecem ter influenciado a forma como os alunos viram e sentiram a paisagem estudada. Ao buscar indícios sobre a antiga favela e se deparar com o personagem conhecido por meio do documentário, a turma de ensino médio pareceu ecoar as imagens observadas em sala de aula, evidenciando as conexões entre imagem e experiência. É neste sentido que o estudo da relação entre a geografia e a visão devem sempre considerar as trocas entre a imagem – gráfica, pictórica e textual – e a imaginação – enquanto "capacidade humana de formar imagens mentais" (COSGROVE, 2008, p.8). É através do confronto e da sobreposição diária entre imagem e imaginação que construímos nossas formas de experimentar e agir sobre as paisagens. Uma abordagem atenta a estas conexões pode contribuir para a definição de futuras pesquisas e práticas pedagógicas que relacionem de forma mais consciente as imagens do passado com as experiências do presente.

Referências

ABREU, M. A. Reconstruire une histoire oubliée: Origine et expansion initiale des favelas de Rio de Janeiro. **GENESES**, Paris, n. 16, p. 45-68, 1994.

_____ **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 2011.

ALLEN. J. L. Lands of Myth, Waters of Wonder: The Place of Imagination in The History of Geographical Exploration. In: LOWENTHAL, D. e BOWDEN, M. (eds): **Geographies of the Mind:** Essays in Historical Geosophy. New York and Oxford. Oxford University Press, 1971.

BARTHES, R. A Câmera Clara. **Notas sobre fotografia**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulações**. Lisboa. Antropos, 1981.

_____ **America.** London and New York: Verso. 1988.

BENDER, B. Landscapes on-the-move. **Journal of Social Archaeology.** 1(1):75–89, 2001.

BERNARDES, L. Expansão do Espaço Urbano do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia,** 23 (3):495 – 524. 1961.

CLARKE, David B. **The Cinematic City**. London: Routledge, 1997.

CLOKE, P. et al. **Practicing human geography**. London. University of Minnesota Press, 2004.

COSGROVE, D. **Apollo's Eye:** A Cartographic genealogy of the Earth in the Western Imagination. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 243-48, 2001.

_____ (2008): **Geography and Vision:** Seeing, Imagining and Representing world. London. New York. I.B Tauris.

DEBESSE-ARVISET, M. L. **A educação geográfica na escola**. Coimbra: Almedina, 1978.

DRIVER, F. Fieldwork in geography. **Transactions of the Institute of British Geographers** 25, 2000. p. 267–268.

DUNCAN, J. S. **City as Text:** The polices of Landscape interpretation in Kandyan Kindon. New York, University of Cambridge Press, 1990.

DUNCAN, J. e DUNCAN, N. A Cultural Analysis of Urban Residential Landscapes in North America: the Case of the Anglophile Elite. In Agnew, J., J. Mercer and D. Sopher (eds) **The City in Cultural Context**. Boston: Allen and Unwin, 1984.

HARLEY, J. B. Maps, Knowledge and Power. In: COSGROOVE, |D. e S. DANIELS (eds.). **The Iconography of Landscape**. Cambridge. University of Cambridge Press. p.277-312, 1988.

JACKSON, J. B. **A la découverte du paysage vernaculaire**, Arles. Acte Sud. 1996.

JACQUES, P. B. Cartografias da Maré. In: VARELA, Drauzio. **Maré Vida na Favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

LOWENTHAL, D. Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**. Vol. (51). Nº 3. 1961, p. 241 – 260.

_____. **Passage du temps sur le paysage**, Infolio, Gollion, 2008.

MACPHERSON, H. Non-representational Approaches to Body-Landscape Relations. **Geography Compass**. 4/1. 2010.

MITCHELL, W. J. T. Imperial Land-scape, in W. J. T. Mitchell (ed.), **Landscape and Power.** University of Chicago Press, Chicago, 2002.

MONMONIER, M. **From Squaw Tit to Whorehouse Meadow:** How Maps Name, Claim, and Inflame. University of Chicago Press. 2006.

NASH, C. Landscape. In: Cloke et al. **Introducing Human Geography**. London. Hodder Arnold, 2003.

PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade.** Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA. **Rio, Parque da Catacumba:** Exposições de Escultura ao Ar Livre, 1979.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA. **Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Pereira Passos. 2000.

ROSE, G. On the need to ask how, exactly, is geography "visual? **Antipode**, v. 35(2) pp. 212–221, 2003.

SANTOS, C. N. F. Em Trinta Anos Passou Muita Agua Sob As Pontes Urbanas... **Espaço e Debates**, ano IV, p. 28–40, 1984.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SILVA, A. A luta pelos direitos urbanos: Novas representações de cidade e cidadania. **Espaço e Debates**, ano X.p.28-38, 1990.

TUAN, Y. F. **Landscape of Fear**. Minneapolis. MN: Universitry of Minesota Press.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma Casa:** Analise do programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

THRIFT, N. **Spatial formations**. London: Sage, 1996.

Recebido em 12 de setembro de 2013.

Aceito para publicação em 14 de dezembro de 2013.